

Direito, Violência e Cultura: um análise sobre a gênese processo civilizatório ocidental

Adriana Francisca Souza Pena¹

RESUMO

O artigo trata da origem do direito por meio do processo de institucionalização social do senso comum, a atual crise das instituições e o papel fundamental do direito de regular as relações sociais. Possui como elementos condutores da reflexão o mistério da *arqué* (uma unidade essencial: o ser) e o mistério da *aretê* (realização da essência do ser por meio da força violenta), origem e fim (finalidade) da sociabilidade humana. Abre a discussão com a obra “Ensaio sobre o Homem” de Ernst Cassirer, a seguir examina o homem inserido no contexto social utilizando a obra “O mal-estar na cultura” de Sigmund Freud, finalizando o discurso com a crise das instituições, do Estado e no Direito.

Palavras-chave: origem do direito, finalidade do direito, homem, cultura, senso comum, crise no direito.

1. INTRODUÇÃO

Para compreender o direito é necessário entender as transformações de uma série de indagações filosóficas sobre a origem do conhecimento. As questões sobre “o que ou quem é o homem?” compreendem a mais alta meta da indagação filosófica, presente desde os poemas de Homero, passando pelas tragédias de Eurípedes e Sófocles, os tratados de Platão e Aristóteles, chegando aos tempos atuais aparentemente superadas. Aparentemente superadas porque na (trans)modernidade ou sociedade de consumo a ideia de homem ou humano não tem mais importância, a civilização da técnica criou a mentalidade da máquina eficaz coisificando o homem e destituindo-o de significado.

¹ Mestranda em direitos humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Advogada.

O autoconhecimento é o primeiro pré-requisito para a auto realização, declara Ernst Cassirer, no texto do capítulo 1, denominado *O que é o homem?*, de sua afamada obra *Ensaio sobre o Homem*.²

Sendo o autoconhecimento um desejo primeiro e natural do homem não suprido pela religião nem pela razão, o artigo busca na análise freudiana, expor novas indagações sobre o tema inserindo este ser individual na sociedade. O homem passa a ser visto como ser social e cultural. É a unidade essencial expandida para a necessidade de sociabilidade. O homem aculturado troca a liberdade pela segurança, o poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade e o poder dessa comunidade é então estabelecido como ‘direito’, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como ‘força bruta’.

Com o desenvolvimento da civilização a liberdade individual é restringida e como troca da parte da liberdade cedida, o indivíduo exige da civilização a segurança de uma lei que não será violada em favor de um indivíduo. O passo cultural posterior é um estatuto legal para todos e não para uma casta ou um grupo de pessoas mais fortes, as quais também abrem mão de parte de sua agressividade e dominação em prol da civilização.

O homem neste momento é transportado para o mundo político e neste sentido o artigo apresenta a questão sobre liberdade, autoridade e crise, para ao final concluir o discurso com a noção de senso de (in)justiça.

2. O HOMEM – UMA UNIDADE EXISTENCIAL

Alguns pensadores fundamentam a origem do homem na *fides* – fé com o sentido de acreditar com fidelidade ao objeto de crença -, para tais pensadores a origem do homem é divina, mística e transcendente, logo individual e silenciosa. Neste sentido o Papa João Paulo II, na Encíclica *FIDES ET RATIO*, sobre as relações entre fé e a razão versa que *fides et ratio* “constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de

² CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994, cap. I, p. 11.

conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio.³

O método da introspecção e transcendência utilizado para o autoconhecimento foi objeto de dúvidas céticas, pois acreditar que a origem do homem é fundamentada na *fides* significa, desta forma, acreditar que a filosofia moderna teria início com o princípio de que nosso próprio ser é impregnável e inatacável e teria se fixado neste fundamento dando-o como satisfatório. A fundamentação da origem do homem na fé significa aceitar que as representações subjetivas e, portanto, silenciosas, eram a única forma de conhecer a verdade ou aceitar que a verdade absoluta é impossível (mas é possível uma verdade particular, de cada um) ou que é impossível qualquer conhecimento, negando assim a filosofia.

O debate dessa proposta, nos termos metodológicos aqui pretendidos, compreende a necessidade de uma análise psicológica psicológica.

Hoje alguns psicólogos estão convencidos de que uma atitude behaviorista estritamente objetiva é a única abordagem possível para uma psicologia científica, mas segundo Cassirer não podemos eliminar a visão introspectiva, porque sem a introspecção, sem uma consciência dos sentidos não será possível definir o campo da psicologia humana.

2.1 O Homem – Um Ser Cultural

Sendo o desejo pelo conhecimento algo natural, vamos buscar em Freud a indagação sobre o “ser”. Para este pensador são três as fontes de onde vem o sofrimento: o poder superior da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a deficiência das relações entre os seres humanos na família, no Estado e na sociedade.

Para o autor uma grande parte da culpa pela nossa miséria é da cultura; seríamos muito mais felizes se desistíssemos dela e retornássemos às condições primitivas.

³ Cf. *Encíclica Fides et Ratio*, Ex 33, 18; *Sal* 2726, 8-9; 6362, 2-3; *Jo* 14, 8; *1 Jo* 3, 2

O descontentamento com a cultura provoca uma condenação do modo de vida estabelecendo uma ruptura e dando início a uma nova fase. Tal acontecimento foi verificado na transição das religiões pagãs para o cristianismo. O cristianismo pregava a depreciação da vida terrena, o que deixou tal cultura mais próxima do descontentamento no qual vivia o homem adepto da cultura das religiões pagãs. *Descobriu-se que o ser humano se torna neurótico porque não é capaz de suportar o grau de frustração que a sociedade lhe impõe a serviço dos ideais culturais, e disso se concluiu que suprimir ou reduzir consideravelmente essas exigências significaria um retorno a possibilidade de ser feliz*⁴.

O poder sobre a natureza não é a única fonte de felicidade, nem a única meta dos esforços culturais. O progresso técnico é um dos modelos de “prazer barato”.

Para Freud, cultura designa a soma total de realizações e disposições pelas quais a nossa vida se afasta da de nossos antepassados animais, sendo que tais realizações e disposições servem a dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação das relações dos homens entre si.

Exigência à Cultura: beleza (o homem culto venera o belo; limpeza (o seu contrário bárbaro) e ordem (define padrão de repetição e pouca duvida e hesitação).

Porém, através de nenhum outro traço julgamos caracterizar melhor a cultura do que através da estima e do cultivo das atividades psíquicas superiores, das realizações intelectuais, científicas e artísticas, do papel dirigente concedido às ideias na vida das pessoas. À frente dessas ideias se encontram os sistemas religiosos, (...) ao lado deles, encontramos as especulações filosóficas, e, por fim, aquilo que se pode chamar de formações de ideal do homem, suas ideias a cerca de uma perfeição possível do indivíduo, da nação, de toda humanidade e as exigências que tais formações colocam com base em tais ideias⁵.

O motor da atividade humana aspira à duas metas: utilidade e ganho de prazer. A substituição do poder do indivíduo mais forte pela maioria, da força bruta pelo direito, do

⁴ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Cultura*, Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 83.

⁵ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Cultura*, Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 95.

poder do indivíduo pelo poder da comunidade foi um passo cultural decisivo. A exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que o ordenamento jurídico estabelecido não venha a ser quebrado em favor de um indivíduo.

O desenvolvimento cultural parece um processo experimentado pela humanidade, que modifica seus impulsos e cuja satisfação é a tarefa econômica de nossa vida. Sendo a sublimação o destino imposto aos impulsos pela cultura.

O desenvolvimento cultural deve sua origem, seu surgimento, fundamento e curso a Eros (amor) e Ananke (necessidade) pais da cultura humana. A convivência entre os seres humanos foi assim motivada: coação ao trabalho e amor.

No Amor, como fundamento da cultura, a pessoa que coloca o erotismo sexual como centro da vida, fica perigosamente dependente de uma parte do mundo exterior, ou seja, do objeto de amor escolhido, e se expõe ao mais extremo sofrimento quando o objeto de amor o desdenha ou se afasta por infidelidade ou morte. Já o amor como fundamento da família é o amor ternura. O amor liga um grande numero de pessoas por meio de laços mais fortes que o trabalho. O amor genital leva à formação de novas famílias e o de meta inibida, a amizades.

Uma das tendências da cultura é aglomerar os seres humanos em grandes unidades.

A primeira fase da cultura, a do totemismo, traz consigo a proibição do incesto, através dos tabus, leis e costumes são estabelecidas outras limitações para a convivência humana.

Andrew Lang, afirma, em especial na obra *The secret of the totem* que a investigação sobre o totemismo tem mais do que um curiosidade intelectual, pois representa a possibilidade de se estudar a estrutura das mais primevas formas da sociedade humana.⁶

Nas tribos, a ideia do direito costumeiro é mais antiga do que todas as diversas formas originais pelas quais estas se formaram, de modo que a forma mais antiga de direito que se pode encontrar é exatamente a que une a tribo pelo sistema do matrimônio que expressa a si mesmo no totemismo, em especial, pelo já indicado fenômeno da exogamia.

⁶ LANG, Andrew. *The secret of the totem*, London, New York, Bombay: Longmans, Green and co, 1905, p. 3.

O direito em questão funda a base universal de seu sistema social com a regra que obriga as pessoas a não cometerem relações sexuais promíscuas, estipulando que nenhum membro da tribo pode se casar com outro membro da mesma divisão, podendo casar tão somente com um membro da divisão opositora, adversa.⁷

Essa reflexão permite uma aproximação com a ideia do mito concebido por Freud - apresentado no primeiro capítulo deste trabalho - que propõe o surgimento da religião, do direito e de tudo o mais que é da ordem da cultura, do humano e do simbólico, quando ao tratar do tema da exogamia explora a noção do incesto.

A cultura obedece à coação da necessidade econômica, estabelecendo uma relação de submissão da vida sexual à cultura, exigindo também outros sacrifícios além do da satisfação sexual, como o sacrifício do amor.

Outro ponto consequente e interessante que Freud se detém, se refere ao fato dos comunistas acreditarem ter encontrado o caminho para a redenção do mal, a saber, o fim da propriedade privada, pois é ela a causadora da infelicidade.

A agressão, segundo Freud, não foi criada pela propriedade, reinou quase irrestrita nas épocas pré-históricas, quando a propriedade ainda era muito escassa, já se apresenta no quarto das crianças, quando a propriedade ainda não abandonou a sua forma anal primitiva, e constitui o substrato de todas as relações ternas e amorosas entre os seres humanos.

Depois que o apóstolo Paulo fez do amor universal pela humanidade o fundamento de sua comunidade cristã, a extrema intolerância do cristianismo contra aqueles que permaneciam fora dessa comunidade foi uma consequência inevitável; os romanos, que não tinham fundado sua comunidade nacional sobre o amor, desconheciam a intolerância religiosa, embora para eles a religião fosse um assunto de Estado⁸.

⁷ LANG, Andrew. *The secret of the totem*, cit., p. 4.

⁸ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Cultura*, Porto Alegre: L&PM, 2013, p.129.

Se a cultura impõe sacrifícios tão grandes não apenas à sexualidade, mas também à tendência agressiva do homem, as coisas eram de fato melhores para o homem primitivo, visto que não conhecia restrição aos seus impulsos. O homem aculturado trocou uma parcela de possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.

Além das restrições dos impulsos, impõe-se a nós o perigo de estado de miséria psicológica da massa.

A neurose nos apareceu como um resultado de uma luta entre o interesse de autoconservação e as exigências da libido, uma luta que o eu havia vencido, mas ao preço de graves sofrimentos como a compulsão à repetição e o aprisionamento do homem no caráter conservador da vida impulsional.

A cultura, levando em conta a análise freudiana pode ser entendida como um processo a serviço do Eros, que deseja reunir indivíduos humanos isolados, depois famílias, então tribos, povos e nações em uma grande unidade, a humanidade.

Freud assumiu na sua obra que a inclinação agressiva do ser humano é uma disposição de impulsos original e independente. É nesse impulso que a cultura encontra seu maior empecilho (na agressividade natural do homem ou na natureza agressiva do homem). E o autor continua. Esse impulso agressivo é o derivado e o principal representante do impulso de morte que encontramos ao lado de Eros, e que divide com este o domínio do mundo.

O sentido do desenvolvimento cultural é mostrar a luta entre Eros e morte, entre impulso de vida e impulso destrutivo, tal como ocorre na espécie humana. Essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso o desenvolvimento cultural pode ser caracterizado sucintamente como aluta da espécie humana pela vida.

Quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade? A culpa, a civilização domina o desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada.

A culpa segundo o autor é tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito e tal tensão expressa-se como uma necessidade de punição.

Outro aspecto característicos da civilização para Freud é a maneira pela qual os relacionamentos mútuos dos homens, seus relacionamentos sociais, são regulados, relacionamentos estes que afetam uma pessoa como próximo, como fonte de auxílio, como objeto sexual de outra pessoa, como membro de uma família e de um Estado.

Talvez possamos começar pela explicação de que o elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos⁹.

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como 'direito', em oposição ao poder do indivíduo, condenado como 'força bruta'. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização.

Exigência da civilização: uma lei que não será violada em favor de um indivíduo; o passo cultural posterior é um estatuto legal para todos e não para uma casta ou um grupo de pessoas mais fortes, as quais abrem mão de parte de sua agressividade em prol da civilização.

A liberdade é restringida com o desenvolvimento da civilização. O que se faz sentir numa comunidade humana como desejo de liberdade pode ser sua revolta contra alguma injustiça existente, e desse modo esse desejo pode mostrar-se favorável a um maior desenvolvimento da civilização.

O desenvolvimento da civilização nos aparece como um processo peculiar que a humanidade experimenta e no qual diversas coisas nos impressionam como familiares.

⁹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Cultura*, Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 151.

Podemos caracterizar esse processo referindo-o às modificações que ele ocasiona nas habituais disposições instintivas dos seres humanos, para satisfazer o que, em suma, constitui a tarefa econômica de nossas vidas.

A sequência cronológica, então, seria a seguinte. Em primeiro lugar, vem a renúncia ao instinto, devido ao medo de agressão por parte da autoridade externa. É a isso, naturalmente, que o medo da perda de amor equivale, pois o amor constitui proteção contra essa agressão punitiva. Depois, vem a organização de uma autoridade interna e a renúncia ao instinto devido ao medo dela, ou seja, devido ao medo da consciência. Nessa segunda situação, as más intenções são igualadas às más ações e daí surgem sentimento de culpa e necessidade de punição.

É provável que, na criança, se tenha desenvolvido uma quantidade considerável de agressividade contra a autoridade, que a impede de ter suas primeiras — e, também, mais importantes — satisfações, não importando o tipo de privação instintiva que dela possa ser exigida. Ela, porém, é obrigada a renunciar à satisfação dessa agressividade vingativa e encontra saída para essa situação economicamente difícil com o auxílio de mecanismos familiares.

O ego da criança tem de contentar-se com o papel infeliz da autoridade — o pai — que foi assim degradada.

Se isso é correto, podemos verdadeiramente afirmar que, de início, a consciência surge através da repressão de um impulso agressivo, sendo subsequentemente reforçada por novas repressões do mesmo tipo.

Isso significa que, na formação do superego e no surgimento da consciência, fatores constitucionais inatos e influências do ambiente real atuam de forma combinada.

O primeiro sentimento de culpa expressado foi o complexo de Édipo, o que (a culpa) começou em relação ao pai, enquanto a comunidade tinha a forma familiar, estendeu para o grupo com a formação da civilização (ampliação do núcleo familiar).

A civilização segundo Freud constitui o caminho necessário de desenvolvimento, da família à humanidade como um todo. Para este pensador o sentimento de culpa é o mais importante problema no desenvolvimento da civilização na medida em que o desenvolvimento da civilização implica na potencialização deste sentimento de culpa e, portanto, na perda da felicidade.

3. O HOMEM COMO UM SER POLÍTICO – LIBERDADE E AUTORIDADE

O tema está centrado no significado político para a questão da liberdade e da autoridade, é o homem aculturado inserido politicamente na sociedade.

Hannah Arendt versa que a autoridade desapareceu do mundo moderno, juntamente com a tradição e a religião, sendo o desaparecimento da autoridade a fase final do processo que durante séculos solapou a tradição e a religião. Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado. Já a crença religiosa é ameaçada por paradoxos e absurdos, permaneceu como característica da época moderna o duvidar da verdade religiosa.

A autora discute o tema da liberdade e autoridade no domínio da política, traçando as diferenças das restrições da liberdade em regimes autoritários e abolição da liberdade política em tiranias e ditaduras.

“A origem da autoridade no governo autoritário é sempre uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade” – isto é, sua legitimidade – e em relação à qual seu poder pode ser confirmado”¹⁰. Tal origem da autoridade só pode ser utilizada para o tipo cristão de governo autoritário, tal como se desenvolveu através da Igreja e sob sua constante influência na idade média, e quando o ponto focal acima e além da pirâmide terrena fornecia o necessário ponto de referência para o tipo cristão de igualdade. De qualquer modo, uma forma autoritária de governo, com sua estrutura hierárquica, é a

¹⁰ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 134

menos igualitária de todas as formas; ela incorpora a desigualdade e a distinção como princípios ubíquos.

A forma mais adequada de governo totalitário é a parecida com a estrutura da cebola, cujo líder está no centro e dentro da organização, não do lado de fora ou de cima.

O liberalismo mede um processo de refluxo da liberdade e o conservadorismo um processo de refluxo da autoridade.

Com as ciências sociais houve a funcionalização de conceitos e ideias, com ênfase na avaliação, sua atenção recai sobre as funções e o que quer que preencha a mesma função pode ser englobado sob a mesma denominação, melhor explicando, “o que quer que preencha a função de uma religião é uma religião”¹¹ e se utilizando a funcionalização dos conceitos seguirmos os conservadores estaremos fadados a utilizar a violência pretendendo restabelecer a autoridade ou achar um substituto para a religião (outro objeto de culto).

Autoridade palavra e conceito de origem romana existente em dois tipos de governo um público-político e outro privado (doméstico). Platão e Aristóteles tentaram introduzir algo parecido com autoridade na vida pública da *polis* grega. Para a *polis*, o governo absoluto era conhecido como tirania, uma *polis* pertencente a um homem não é polis, pois priva os cidadãos da faculdade política que era sentida como essência da liberdade. Tal sistema de governo só encontrava justificativa se em tempos de guerra e de forma provisória. Onde o déspota governasse a relação era de senhores e escravos.

Na parábola da caverna o filósofo vê o céu das ideias acima da caverna da humanidade e apela para as ideias, como padrão e normas e as utiliza como instrumento de dominação.

Contudo, o governo do filósofo deve ser justificado, e somente poderia sê-lo se a verdade do filósofo possuísse validade para aquela mesma esfera dos assuntos humanos que o filósofo tivera que

¹¹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, cit., p. 140.

abandonar para percebê-la. Enquanto o filósofo nada mais é senão filósofo, sua procura termina com a contemplação da verdade suprema, que, visto iluminar a tudo mais, é também a beleza suprema; mas enquanto um homem entre os homens, um mortal entre os mortais e um cidadão entre os cidadãos, o filósofo deve tomar sua verdade transformá-la em conjunto de regras, transformação esta em virtude da qual poderá então pretender tornar-se um verdadeiro governante – o rei filósofo”.

As ideias tornam-se padrões constantes e absolutos para o comportamento e juízo moral e político, no mesmo sentido em que a ideia de uma cama em geral é o padrão para fabricar qualquer cama particular e ajuizar sua qualidade. A dicotomia entre ver a verdade em solidão e isolamento e o ser capturado nas conexões e relativismos dos negócios humanos tornou-se imperativa para tradição do pensamento político. Aristóteles quase literalmente em uma sentença famosa da *Metafísica*, a saber, que o início de toda filosofia é *thaumázzein*, o espanto maravilhado face a tudo que é como é. Mais que qualquer outra coisa, a teoria grega é prolongamento, e a Filosofia grega a articulação e conceituação desse espanto inicial. Ser capaz dele é o que separa os eleitos do vulgo, e permanecer-lhe devotado é o que os alheia dos negócios humanos.)

Para Aristóteles a superioridade do perito sobre o leigo, do mais velho sobre o mais jovem, determina a posição entre governantes e governados e a diferença entre polis (comunidade política) e a oiká (casa privada) é que nesta última o governo é de um homem só.

O homem livre, o cidadão da polis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros.

A tradição está relacionada com o caráter sagrado da fundação no âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras.

Participar da política significava preservar a fundação da cidade de Roma, a fundação do organismo político foi única na fundação de Roma. As divindades de Roma eram: Jano – deus do princípio e Minerva – deusa da recordação.

A religião romana possui um conteúdo profundamente político – re-ligare (ser ligado ao passado), fundar para a eternidade. A religião e a atividade política podiam assim ser consideradas como praticamente idênticas. Foi nesse contexto que a palavra e o conceito de autoridade apareceram originalmente. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, aumentar, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é fundação.

Os anciãos, o Senado, eram dotados de autoridade obtida por meio da transmissão daqueles que haviam lançado as fundações. O poder reside no povo, mas a autoridade reside no Senado. As ações das pessoas necessitam de um acréscimo (do conselho dos anciãos) e da confirmação pela assembleia de anciãos.

A força coercitiva dessa autoridade (dos anciãos) está intimamente ligada à força religiosamente coercitiva do *áuspices*, que ao contrário do oráculo grego não sugere o curso objetivo dos eventos futuros, mas revela meramente aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas pelos homens. Os deuses aumentam e confirmam as ações humanas, assim como também os deuses deram a autoridade a Romulo para fundar Roma, toda essa autoridade deriva desta fundação, remetendo cada ato ao sagrado início da história romana.

Ao contrário do nosso conceito de crescimento, em que se cresce para o futuro, para os romanos o crescimento dirigia-se no sentido passado.

No contexto político de Roma, cuja força coercitiva da autoridade está intimamente ligada à força religiosa do *áuspices* (anciãos do Senado dotados de autoridade pela descendência e tradição) é que o passado era santificado pela tradição. A tradição preservava o passado legando de uma geração a outra o testemunho dos antepassados que inicialmente presenciaram e criaram a sagrada fundação e, depois, a engradeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos. Enquanto essa tradição era ininterrupta, a autoridade estaria intacta.

A experiência de fundação, a qual tem origem na tríade romana religião, autoridade e tradição, repousa na eficácia coercitiva de um início autoritário ao qual liames religiosos reatam os homens através da tradição. A tríade romana não apenas sobreviveu à transformação da República em Império como penetrou onde quer que a *Pax Romana* tenha criado a civilização ocidental sobre os alicerces romanos.

Após o declínio do Império Romano a herança política e espiritual de Roma passou à Igreja Cristã. Com a queda de Roma desaparece uma ordem secular estável e a Igreja assume os problemas seculares (tradição, autoridade e religião) e o Papa exerce o poder temporal.

A morte e ressurreição de Cristo é a pedra da nova fundação! O espírito romano pôde sobreviver à catástrofe do Império Romano porque seus mais poderosos inimigos – aqueles que haviam atirado como que uma maldição sobre toda a esfera dos negócios mundanos e jurado viver ocultos – descobriram em sua própria fé algo que podia ser também entendido como um evento terreno e que poderia transformar-se em um novo início mundano ao qual o mundo encontrava reatado (religare). A tríade romana religião, tradição e autoridade foi assumida pela era cristã que reivindicou para si a autoridade do senado e deixou para o príncipe o poder.

Inicia o sistema de recompensas, castigos e sanção religiosa da doutrina do inferno. A introdução do inferno platônico no corpo das crenças dogmáticas cristãs fortaleceu a tal ponto a autoridade religiosa que ela podia esperar permanecer vitoriosa em qualquer contenda secular. Mas o preço pago por essa força suplementar foi a diluição do conceito romano de autoridade.

Durante a época moderna a utilidade da religião para a autoridade secular foi redescoberta e utilizada como argumento para evitar a revolução.

Com a revolução e a completa separação entre Estado e Religião houve a separação definitiva entre a esfera religiosa e a política e a vida pública perdeu a sanção religiosa da autoridade transcendente. As crenças em estados futuros desapareceram, a experiência da fundação romana foi completamente perdida e esquecida e a noção de autoridade perdeu o seu parâmetro. Os conceitos gregos foram santificados pelos romanos através da tradição e da autoridade .

Maquiavel evidencia isso de forma emblemática - como nota Hannah Arendt -, as revoluções da idade moderna formam a nova noção de fundação. A pedra angular da fundação é a revolução. Suas experiências nas lutas de seu tempo inculcaram em Maquiavel um profundo menosprezo por todas as tradições, a cristã e a grega, tal como foram apresentadas, moldadas e reinterpretadas pela Igreja. Seu desprezo dirigia-se a uma Igreja corrupta que corrompera a vida política da Itália, mas tal corrupção, argumentava, era inevitável dado o caráter cristão da Igreja.

4. CONCLUSÃO

Todo contato entre religião e política corrompe os dois. Toda a história e a mentalidade romanas dependiam da experiência da fundação e acreditou que seria possível repetir a experiência romana da fundação com a criação de um organismo político eterno para o qual ele utilizou o termo até então desconhecido *lo stato*. A violência fundadora!

A violência, distintamente do poder, da força ou do vigor, sempre necessita de implementos. Isto tudo se verifica na revolução da tecnologia e na revolução na fabricação de instrumentos proporcionada pela guerra. Até a própria substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre a de que o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo.¹²

Ademais o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, pois os meios utilizados para atingir objetivos políticos são desmesurados, de forma que, posto que o resultado das ações dos homens estão além do controle dos atores, a violência abriga em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade, de tal maneira que a guerra e sua presença na exaltação do aperfeiçoamento dos meios de destruição físico e material humano representam “*um irônico lembrete da*

¹² Hannah Arendt. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 18.

*imprevisibilidade onipotente que encontramos no momento em que nos aproximamos do domínio da violência”.*¹³

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Hannah Arendt. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

_____. *Entre o passado e o futuro*. 7ª. Ed Perspectiva. 2011.

CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 83.

LANG, Andrew. *The secret of the totem*, London, New York, Bombay: Longmans, Green and co, 1905.

¹³ Hannah Arendt. *Sobre a violência*, p. 19.